



Quando a Economia Afeta a Política: Uma Análise Empírica dos Determinantes Econômicos da Popularidade Política no Brasil

Carlos Eduardo Rebouças Werneck

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais os principais determinantes econômicos da popularidade de um governante, de modo que visa compreender melhor quais variáveis impactam mais fortemente a perspectiva dos indivíduos sobre a credibilidade e a eficiência da condução do país. Tendo isso em vista, o trabalho utiliza a metodologia de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para estimar um modelo de painel, que explique essas interações entre economia e política. Assim, com base em dados coletados pelo IBGE, Ipea e com amplo arcabouço teórico, busca-se realizar uma análise tanto federal quanto regional a fim de captar as particularidades da microesfera do indivíduo, de modo a compreender se a sua perspectiva egotrópica alusiva aos efeitos econômicos predomina em relação ao contexto da economia do país como um todo. O trabalho encontra que variáveis como PIB per capita e desemprego possuem um efeito forte na popularidade do governante, ao passo que a inflação possui um efeito inconclusivo que merece maior atenção em estudos futuros.

Palavras-chaves: Política, Voto econômico, Inflação, Crescimento e Desemprego.

Abstract

The primary objective of this study is to conduct an analysis of the principal economic determinants influencing the popularity of a political leader in order to better understand which variables have a stronger impact on individuals' perspectives regarding the credibility and efficiency of the country's governance. To achieve this aim, the study employs the Ordinary Least Squares (OLS) methodology to estimate a panel model that explains the interactions between the economy and politics. Thus, based on data collected from IBGE and Ipea, along with a robust theoretical framework, the study seeks to conduct both federal and regional analyses to capture the specific aspects of an individual's microsphere, in order to understand whether their egotropic perspective on economic effects predominates over the country's overall economic context. The study finds that variables such as GDP per capita and unemployment have a strong effect on the leader's popularity, while the impact of inflation is inconclusive and warrants further investigation in future studies.

Keywords: Politics, Economic Voting, Inflation, Growth e Unemployment.



1. Introdução

A economia é uma ciência de natureza interdisciplinar, ao passo que estuda como os indivíduos administram seus recursos, seja tempo, trabalho ou mercadoria, por meio de escolhas (ROBBINS, 1932). Paralelamente, a política pode ser definida como a administração e a alocação coletiva dos bens públicos (CZUDNOWSKI, 1976).

Nesse âmbito, as escolhas refletem o modelo de como a sociedade se organiza e como funciona, o que explica esse caráter plural da economia, de modo que se torna impossível separar a economia do social, o técnico do real e os dados da narrativa. Diante disso, a relação intrínseca entre economia e política é observada desde os seus primórdios, à medida que surge, primeiramente, como Economia Política, em que era considerado um campo de estudo próprio de estadistas e legisladores (SMITH, 2017).

Assim, as interações entre a economia e a política representam um campo de estudo bastante amplo e relevante, de forma que pode se estender desde uma temática mais conceitual, como seus fundamentos, até uma mais prática, como a formulação de políticas públicas e a esfera eleitoral ou de popularidade. Esta última que será o principal foco do trabalho.

Dito isso, estudar a relação entre os principais indicadores econômicos e os seus impactos nas avaliações e validações de políticos, por parte do eleitor, mostra-se um campo bastante frutífero, sobretudo no Brasil, em que a popularidade é muito pautada por percepções econômicas por parte dos indivíduos (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Nesse sentido, uma análise de processos e de fenômenos políticos por meio de ferramentas e de técnicas da economia pode representar uma coalizão de recursos capaz de evidenciar melhor as particularidades do cenário político, social e econômico.

Em matéria de comportamento político, deve sempre levar em conta variáveis econômicas, uma vez que, como citado anteriormente, possuem um grande impacto na percepção de efetividade de um governo. Isso ficou eternizado pelo líder da campanha de Bill Clinton em que diz: “É a economia, estúpido!” ao se referir ao porquê da chance de derrota do adversário que estava bem cotado eleitoralmente na época, mas que tinha levado o país a uma recessão.¹

Todavia, o principal desafio é entender quais são as variáveis econômicas que mais afetam a percepção do indivíduo sobre o desempenho do país. No caso brasileiro, é impossível deixar de lado a inflação, devido, essencialmente, ao passado de hiperinflação que gerou traumas profundos para a sociedade (MALHEIROS-POULET, 1995).

O objetivo deste trabalho é mensurar mais precisamente o impacto das variáveis econômicas sobre a perspectiva negativa de um governo, com uma atenção maior para a inflação e suas ramificações. Essa possui efeitos complexos na percepção dos indivíduos. Isso se deve não somente ao período de hiperinflação, mas também à própria cultura e tradição que se formou ao redor do tema, de modo que



surgiram desde hábitos e práticas até a influência na própria linguagem com a cristalização do termo “dragão” para se referir à inflação (GURGEL; VEREZA, 1996).

Além disso, pode-se observar essa obstinação ao tema pela própria ótica macroeconômica, dado que a inflação ganhou um peso enorme na discussão da política pública, o que culminou, após o Plano Real, na adoção do Tripé Macroeconômico, cujo principal objetivo é garantir a estabilidade econômica (GOLDFAJN, 2018).

Dentre as três bases do Tripé, pode-se destacar a adoção do regime de metas de inflação, o qual coloca em prática a inexorável vontade de combater o aumento de preços, o que, a priori, foi bem-sucedido, sobretudo na redução da volatilidade dos preços (TRICHES; FIORENTIN, 2017). Um dos objetivos do trabalho é entender se essa ênfase na inflação por parte dos economistas se refletiu na percepção popular.

Entretanto, por mais que a inflação tenha um impacto negativo considerável na qualidade de vida da população - sobretudo a parcela mais pobre, devido ao seu efeito na distribuição de renda (EASTERLY; FISCHER, 2001) - ainda devem ser levados em conta outros fatores econômicos. Como a própria anedota da campanha política nos EUA apresentou, a recessão na economia tem influências muito fortes na perspectiva da população, visto que também a afeta diretamente, principalmente no quesito emprego e renda. Por isso, serão utilizados também outros dados e indicadores econômicos, como a taxa de desemprego e o PIB per capita, a fim de entender como essas variáveis atingem os indivíduos e como esse vínculo econômico reverbera na política no Brasil.

Assim, será possível compreender melhor o comportamento do eleitor e o seu grau de racionalismo ao avaliar um político, isto é, o quanto age sob uma perspectiva econômica e egotrópica - analisando como o contexto econômico influenciou a sua situação individual no presente (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Sob esse prisma, poder-se-á analisar as especificidades que moldam essa escolha individual, ao avaliar não somente a ótica federal e suas variáveis, mas também a estadual e a municipal, com o intuito de captar com maior precisão essa esfera do microcosmo político para se aproximar ao máximo do indivíduo.

2. Revisão Teórica

A interação entre política e economia é alvo de estudo desde os seus princípios, porém uma avaliação quantitativa mais exclusiva para o processo político é relativamente mais recente, devido a dois fatores principais. Primeiro, em decorrência da ampla difusão do modelo democrático - com eleições livres e abertas - durante o século XX, o que possibilitou uma expansão dos direitos e da cidadania aos indivíduos, uma vez que se tornaram capazes de ditar - de fato - a orientação política. Em virtude disso, podem punir ou legitimar os governantes a partir de seu desempenho. Segundo, devido ao maior acesso a metodologias estatísticas, que foi



viabilizado devido à ascensão da informática e à popularização de computadores e *softwares* capazes de instrumentalizar tais métodos (VENKATESH; DAVIS, 2000).

Nesse contexto, após a ampliação desses dois fatores ao longo do século XX, o estudo quantitativo da política e as suas interações tornaram-se mais viáveis. Um dos primeiros autores a trabalhar nessa área foi Gerald H. Kramer, cientista político americano que popularizou o uso de indicadores macroeconômicos como maneira de se analisar a administração pública e seus efeitos nas eleições (CHAPPELL, 1983). Nesse contexto, Kramer(1971) inovou ao utilizar análises de séries de tempo para compreender a interligação entre e o desempenho econômico e os seus reflexos nos juízos do eleitor, ao formular um estimador de popularidade dos políticos.

Um dos principais fatores curiosos das análises norte-americanas consiste na desconsideração da inflação, o que contrasta com uma das principais hipóteses suscitadas no presente trabalho. Isso se deve a vários motivos, dentre eles, uma relativa menor preocupação e, sobretudo, falta de tradição hiperinflacionária, que a torna mais um conceito teórico do que variável real indesejada no senso comum norte-americano. Inclusive Veiga (2013) defende tese semelhante na América Latina, onde a vitória sob a hiperinflação teria reduzido a importância dessa variável para a população.

Voltando à literatura norte-americana, vale ressaltar que grande parte dos períodos inflacionários em sua história estava relacionada a períodos de guerra, em que as prioridades e as preocupações, tanto do cidadão como do político, eram direcionadas ao esforço patriótico do conflito. Inclusive, essa desconsideração vem sendo colocada à prova atualmente, devido à alta de preços incomum no período pós-pandêmico .

Outro fator a ser considerado concerne à racionalidade do indivíduo-consumidor, em que as taxas de inflação refletem, principalmente, expectativas e inflação passada, de modo que o governo vigente não teria tanta responsabilidade - do ponto de vista dos eleitores *homo economicus* (CHAPPELL, 1983).

Além disso, as pessoas seriam capazes de identificar outras variáveis como possíveis remédios contra inflação, como o desemprego e a recessão econômica, o que indica que poderiam aceitar resultados negativos nessas variáveis caso representasse um combate à inflação. Ainda nesse ponto, os principais indicadores que desagradam o eleitor consistem na questão de renda, em especial avaliada como o produto per capita, de modo que uma queda pode representar uma punição proporcional ao político governista (KRAMER, 1971).

Outra divergência com o caso brasileiro, o qual será abordado posteriormente, consiste na forma de punição. Nos Estados Unidos, é comum que o cidadão esboce sua desaprovação por meio das eleições legislativas, em que vota em congressistas contrários ao partido governista.



Embora os resultados negativos apresentem um impacto nas eleições legislativas, a contrapartida é muito difícil de ser observada, isto é, em tempos de prosperidade, não parece haver uma bonificação especial para os políticos, nem no legislativo e muito menos no executivo nos EUA (BLOOM; PRICE, 1975). Essa relação assimétrica do eleitor com o desempenho econômico pode ser examinada sob a perspectiva de aversão ao Estado e às suas instituições, que delinea a tradição social norte-americana.

Nesse sentido, momentos de prosperidade representam um resultado coletivo da sociedade, dos trabalhadores e das empresas, de modo que o mérito é fruto da iniciativa privada, enquanto resultados negativos, como queda na renda ou hiato do produto representam uma má atuação ou intervenção do governo, o qual deve ser responsabilizado e penalizado.

O caso brasileiro diverge bastante do norte-americano, tanto nas questões políticas e eleitorais, como nas econômicas - com destaque obviamente para a inflação, visto que foi a principal questão da redemocratização à medida que também se manteve como tópico essencial e sensível posteriormente. Além disso, a inflação representava uma grande vantagem eleitoral, já que viabilizou politicamente a candidatura e legitimou os não tão populares elaboradores do Plano Real (BORSANI, 2003). Isso se manteve na memória coletiva tanto do eleitor como, principalmente, do candidato, que percebeu o poder de influência que essa variável econômica tinha na política, o que incentivava a inclusão do combate à inflação e à manutenção da estabilidade macroeconômica no programa estratégico tanto eleitoral como político, independente da ideologia (JUNIOR, 2013).

Nesse âmbito, o cenário do Brasil permite uma abordagem específica que se diferencia da internacional, visto que se pode incluir a inflação a fim de examinar suas interações políticas e as percepções dos indivíduos sobre o desempenho do governo. Ainda no período hiperinflacionário da década de 1980, o controle ou tentativa de controle do aumento de preços já era um determinante essencial da credibilidade do político, o que, adiante, tornar-se-ia métrica de popularidade durante o período eleitoral (GRANDI; MARINS; PECHMAN, 1989).

A inflação, juntamente com outras adversidades tanto econômicas como o desemprego e a recessão, quanto políticas, como a repressão e a violência, podem ser caracterizadas como males públicos, isto é, uma contrapartida teórica aos bens públicos providos pelo governo (CHAFFEE, 1989). De maneira análoga à valorização dos bens públicos, existe uma desvalorização e uma antipatia natural aos males públicos, que podem se refletir, em regimes democráticos, na rejeição dos governantes que os produzem.

Assim, os males públicos, no geral, aparentam ser indicadores apropriados para estimar a popularidade e a rejeição de um político, porém grande parcela destes não é facilmente mensurável, sobretudo os fatores políticos, já mencionados, e os sociais que são intangíveis, tais como divergências de ideologia, personalidade ou até



religião (GRANDI; MARINS; PECHMAN, 1989). Motivações políticas e provisão de bens públicos, que possuam divergência com as expectativas e as preferências dos indivíduos podem ser interpretadas negativamente, ainda que legítimas, o que complica a metrificação dessas avaliações sociais e pessoais, a despeito de terem valor e importância na tomada de decisão. Em decorrência disso, grande parte dos estudos se atém aos determinantes econômicos, devido ao seu poder de explicação e mensuração factível.

Outro contraponto do caso brasileiro consiste na valorização da atuação do governo e a expectativa do seu suporte ao contexto econômico ao contrário dos EUA, em que a população responsabiliza o Estado pelos malefícios e pela estagnação da economia, mas não o assegura o mérito em períodos de prosperidade. A sociedade brasileira tende a responsabilizar o governo por um desempenho aquém do esperado na economia, porém enaltece igualmente políticas econômicas que lhe tragam benefícios, o que decorre da atribuição de responsabilidade ao governo para prover para o cidadão (LATIF, 2022).

Uma das possibilidades de origem dessa visão mais paternalista retoma aos princípios do desenvolvimento da cidadania no Brasil, em que os direitos sociais sempre estiveram muito vinculados à figura do Estado. Soma-se a isso o fato de que muitos se deram em momentos de repressão dos direitos políticos, vide a consolidação dos direitos trabalhistas sob o período autoritário da Era Vargas (DE CARVALHO, 2001).

Aliado ao forte ideal paternalista centralizador na condução do país, o Brasil também apresenta algumas particularidades nas interações entre a economia e a popularidade, uma vez que as repercussões eleitorais do desempenho econômico não são observadas no legislativo (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Isso se deve ao maior poder e importância que são assegurados ao poder executivo, em detrimento do legislativo. Nesse ínterim, a própria função dos partidos e seu conteúdo programático acabam deturpados, já que acabam se tornando mais um atalho informacional ao eleitor do que um determinante de preferência (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Outro fator que marcou as análises recentes do comportamento eleitoral brasileiro consiste na percepção econômica dos indivíduos, isto é, em como racionalizam os resultados da economia em uma perspectiva global/sociotrópica ou individual/egotrópica (VEIGA, 2013). Existem indícios que o eleitor tende a valorizar mais sua própria perspectiva, ou seja, valoriza mais se a sua situação econômica melhorou do que se a situação do país como um todo melhorou (AMARAL; RIBEIRO, 2015).

Desse modo, fatores como mobilidade social e programas de transferência de renda tendem a impulsionar mais a popularidade do político do que a conjuntura econômica como um todo. Ademais, nesse mesmo estudo, Amaral e Ribeiro (2015) apontam uma predominância do caráter retrospectivo, em detrimento do



prospectivo. Assim, o eleitor enfatiza mais a avaliação do passado, sobretudo nos impactos diretos na sua condição, do que uma avaliação no futuro.

Um aspecto comum a muitos desses artigos consiste na predominância do fator eleitoral como variável dependente de análise, ou seja, avaliar como parâmetros econômicos impactam na viabilidade eleitoral de determinado candidato, seja governista ou oposição. Um estudo recente (DE MORAES; DE QUADROS, 2018) visa utilizar uma outra perspectiva: a popularidade do político ocupando o cargo. Esta sendo medida por meio de pesquisas de opinião divulgadas periodicamente.

No que tange à tônica da avaliação política, o Brasil apresenta uma série de institutos de pesquisa de opinião, de forma que engloba tanto as pesquisas eleitorais de intenção de voto, quanto às recorrentes de popularidade. Dentre eles, destacam-se Datafolha, IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) que se tornou o Ipec em 2021 e o instituto da CNI (Confederação Nacional da Indústria) que atuava junto ao IBOPE. Nesse contexto, os questionários costumam conter várias perguntas, desde a questão de confiança no geral até perguntas específicas como condução da economia. Ademais, perguntas simples como percepção e avaliação em: “Ótimo/Bom, Regular, Ruim/Péssimo e Não sabe/Não respondeu” são as principais métricas utilizadas nos estudos quânticos.

A difusão e a capilaridade dessas pesquisas são essenciais ao trabalho apresentado, uma vez que permite uma análise mais ampla, em que é possível examinar as interações entre variáveis econômicas e políticas nas esferas locais e regionais, por meio de dados de opinião sobre governadores. Nesse sentido, maiores detalhes sobre o modelo serão explicitados adiante na próxima seção.

3. Modelo

Quanto à modelagem utilizada, o trabalho busca aplicar a metodologia dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com o intuito de construir uma regressão econométrica que explique as relações entre variáveis econômicas e a popularidade política - a variável dependente do modelo. Nesse contexto, utilizam-se dados em painel relativos ao período de 1999, em que houve a adoção do Tripé Macroeconômico, que representou a consolidação da dedicação com a estabilidade econômica, a 2021, em que se obtêm grande parte dos dados mais recentes das variáveis escolhidas. Tais variáveis são descritas abaixo:

3.1. Variáveis Escolidas:

- **Ano:** delimitação anual das observações
- **Território:** delimitação regional das observações
- **Inflação:** taxa de inflação acumulada registrada no período
- **Desemprego:** nível de desemprego registrado no período



- **Variação do PIB per capita:** taxa de variação do produto per capita em relação ao período anterior

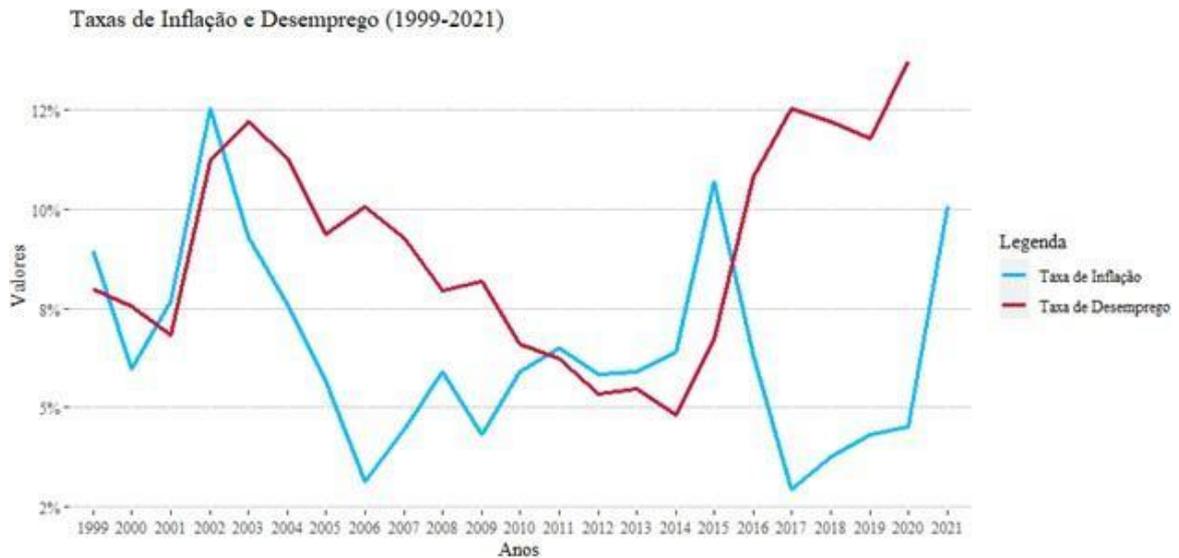
A escolha das variáveis explicativas foi pautada nos estudos citados anteriormente, em que se apresentam como os principais determinantes econômicos ao se levar em conta os seus efeitos notáveis na vida da população. Com base nisso, buscou-se padronizar tais variáveis para o período anual, dado que muitos deles são definidos mensal ou trimestralmente. Os dados de inflação e desemprego foram obtidos nas bases do IBGE, ao passo que os dados de juros e de avaliação política foram baseados em uma pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, da USP.

No caso da inflação, do desemprego e dos juros, foram utilizados os dados de dezembro de cada ano, com o fito de captar o efeito acumulado ao longo do período. Já o PIB per capita foi selecionado anualmente consoante dados do Ipeadata. Enquanto a variável dependente popularidade foi resultado da média anual das avaliações trimestrais dos políticos em suas respectivas regiões.

Ademais, nas variáveis inflação e desemprego foi utilizado uma defasagem de um período a fim de analisar o impacto sobre a ótica da causalidade de Granger, em que variáveis econômicas podem estar cointegradas em relação ao tempo, de modo que efeitos reais podem ser sentidos não imediatamente, mas após dado período, o que é essencial para modelagem no longo prazo (GRANGER, 2001). Também foi baseada na percepção retrospectiva atestada por Amaral e Ribeiro (2015). Em virtude disso, foram adicionadas as variáveis *lag* de inflação e desemprego para testar esse efeito na popularidade política.

Houve ainda, uma separação territorial, uma vez que se usou tantos dados nacionais - Brasil - como taxa de inflação, desemprego e produto quanto dados regionais, para Brasília (DF), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Os dados nacionais são mais completos, enquanto os regionais acabam tendo algumas lacunas, sobretudo no que tange ao desemprego, cuja série se inicia a partir de 2012. A própria variável dependente, de popularidade, também sofre com as interrupções na série, o que pode ter prejudicado a análise.

Os principais protagonistas das críticas sobre desempenho econômico costumam ser o desemprego e a inflação, uma vez que afetam diretamente a qualidade de vida da população, de modo que podem ter um efeito causal e temporal, como exposto acima. Diante disso, torna-se válido ilustrar a evolução e a interação dessas variáveis ao longo do período estudado. Abaixo, pode ser observada a série histórica entre a inflação e o desemprego nos últimos anos para os dados do Brasil.

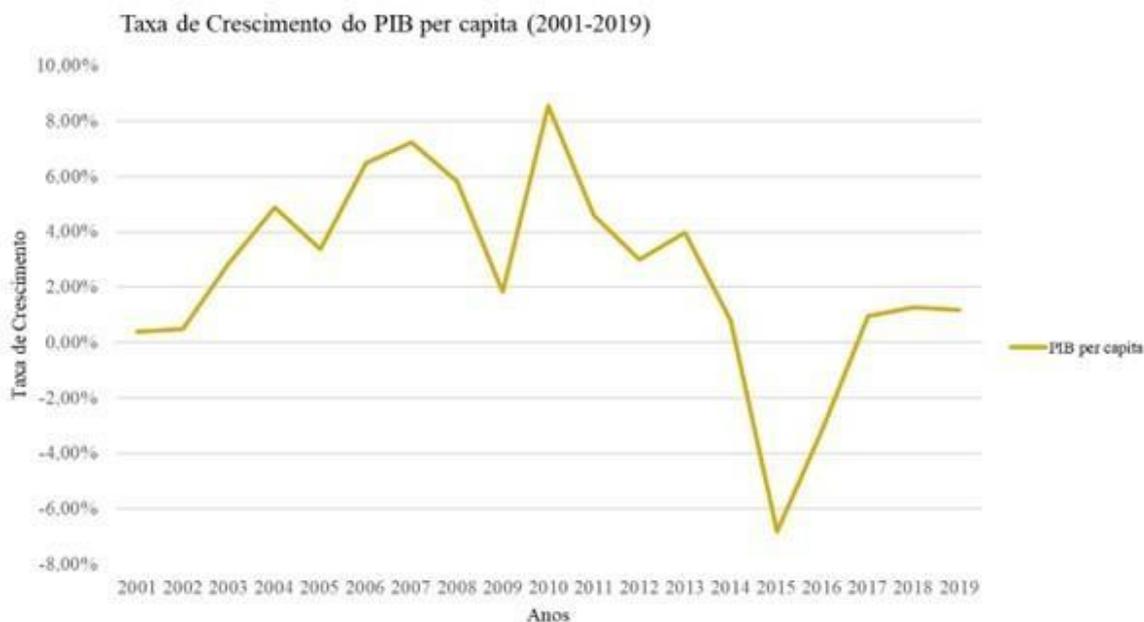


Fonte: IBGE.

Elaboração do Autor.

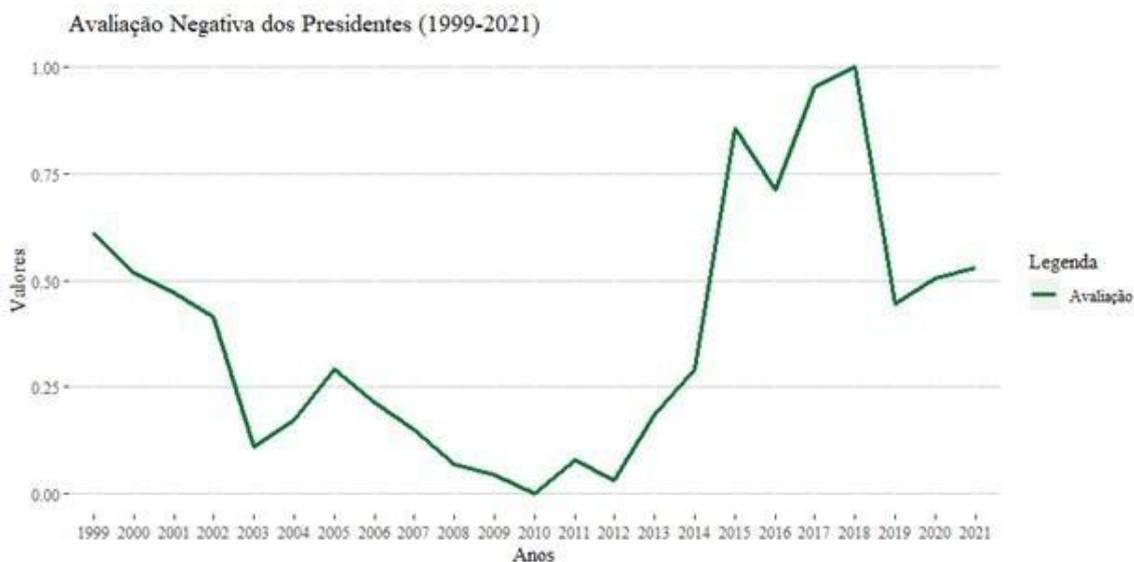
No gráfico, nota-se como ambas as variáveis possuem uma tendência relativamente instável, uma vez que possuem oscilações nos últimos 20 anos. Ademais, percebe-se uma correlação inversa, o que admite uma retomada das discussões sobre o *trade-off* proposto pela Curva de Phillips (PHILLIPS, 1958). Ainda que apresente essas flutuações, observa-se que os valores não são muito elevados, como era antigamente, sobretudo no que tange à inflação. Isso pode indicar uma mudança no patamar da inflação em comparação ao período anterior ao Plano Real.

Outro parâmetro importante concerne ao PIB per capita, o qual representa uma *proxy* da renda média da população, de maneira que se torna essencial para compreender os impactos do desempenho da economia no contexto individual. Nesse sentido, a variável foi transformada, por meio de logaritmo natural, em uma taxa de crescimento, para que seja possível avaliar a sua evolução e o seu impacto de maneira mais adequada, dado que é uma variável não estacionária. Além disso, foi deflacionada com base no IPCA para evitar efeitos irreais e superestimar o crescimento. Devido a essa conversão para taxa de crescimento, a primeira observação da sua série é omitida, logo se inicia a partir do ano 2001 e finaliza antes de 2020 para evitar distorções advindas da pandemia. A seguir, ilustra-se a série para o produto per capita nacional.



Fonte: IPEADATA.
Elaboração do Autor.

A variável dependente de popularidade foi obtida com base nas pesquisas do Datafolha compiladas pelo Centro Metropolitano da Universidade de São Paulo. Nesse âmbito, foram escolhidas as avaliações *Ruim/Péssima* para ponderar sobre o grau de rejeição dos governantes. Outrossim, os valores foram normalizados, de 0 a 1, para padronizar a variável e facilitar a sua compreensão. Abaixo segue a série para os dados nacionais com avaliação para o presidente.





Fonte: Centro de Estudos da Metrópole - USP.
Elaboração do Autor.

Em síntese, após a adequação e a formalização das variáveis, obtém-se a seguinte equação da regressão para o modelo:

$$avaliacao = constante + \beta_1 variacao_pib + \beta_2 desemprego_{t-1} + \beta_3 inflacao_{t-1} + \mu \quad (1)$$

4. Resultados

Apesar de diversas lacunas e de dados incompletos, o modelo apresentou resultados estatisticamente significantes e consideráveis para certas variáveis, de modo que corroborou para compreender melhor a interação entre indicadores econômicos e seu impacto na política. Entretanto, esses resultados positivos se deram somente sob a ótica nacional, uma vez que os dados estaduais e regionais se mostraram bastante anômalos, como será visto mais a frente. Os resultados da primeira regressão para o modelo, podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 1: Regressão com dados do Brasil

<i>Dependent variable:</i>	
Avaliação MQO	
variacao_pib	-1,307^{***} (89,978)
desemprego_{t-1}	362,209^{***} (122,905)
inflacao_{t-1}	-265,896[*] (126,001)
Constant	26,794[*] (13,223)
Observations	19
R²	0,726
Adjusted R²	0,672
Residual Std. Error	12,439 (df = 15)
F Statistic	13,273^{***} (df = 3; 15)

Note: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

Como é possível ser visto, todas as variáveis apresentaram resultados estatisticamente significantes sob determinados graus de significância derivados do p-valor. Com destaque para a variação do produto per capita e para o desemprego, ambos bastante significantes. No quesito de correlação e de explicação, o valor do R² se mostrou elevado, cerca de 67%, ao se levar em consideração o valor ajustado. No que se refere ao valor positivo do desemprego, este condiz com a teoria, haja vista que níveis maiores de desemprego prejudicam a qualidade de vida da população, ao ponto que é capaz de ser refletido na sua visão da condução da economia pelo presidente.

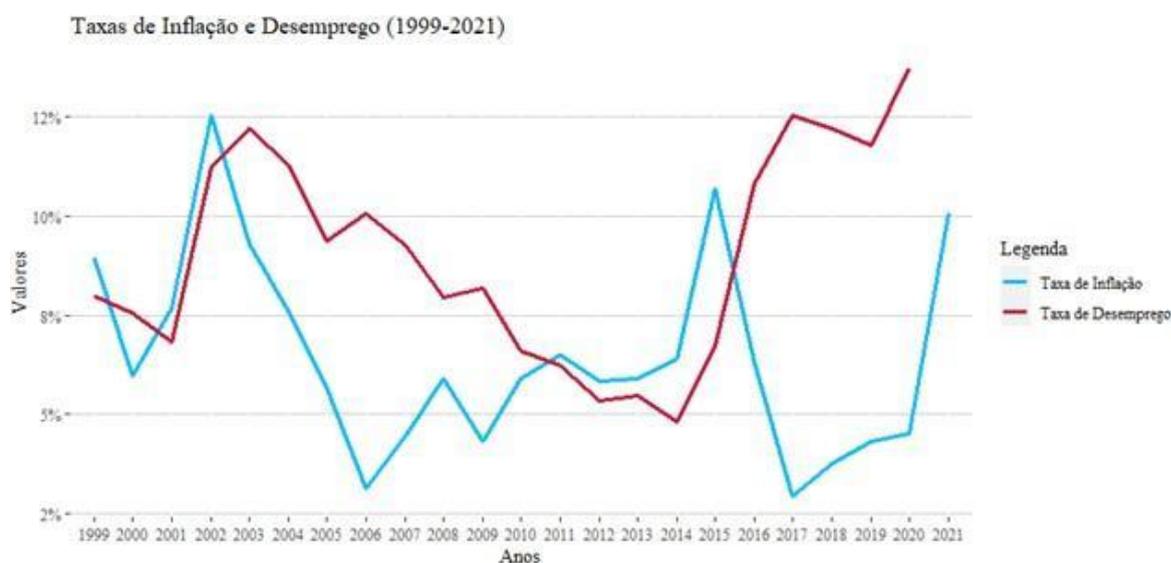


Já a taxa de crescimento do PIB per capita permite ter seu valor negativo explicado pela relação inversa entre o crescimento econômico e a avaliação negativa da política. Isso ocorre devido a uma melhora na renda média que pode indicar uma melhoria na condição de vida, de forma que ameniza o julgamento sobre a condução econômica do presidente, estimando-a positivamente. Assim, um crescimento positivo da economia reduz a avaliação negativa. Essa circunstância condiz com a hipótese da perspectiva egotrópica do indivíduo, visto que demonstra como efeitos na esfera individual detém grande peso na avaliação do desempenho.

Quanto à inflação, obteve-se resultados fora do esperado, já que a expectativa era de que um aumento no nível de preços provocaria uma perspectiva negativa em relação ao desempenho da economia, ainda mais em um país com passado nefasto de hiperinflação. Todavia, essa variável apresentou uma correlação negativa, e significativa, com a variável dependente, isto é, o aumento no nível de preços não promove um aumento nas avaliações negativas do governo e sim o contrário.

Uma das hipóteses levantadas concerne a ideia de ilusão monetária, em que o valor nominal da moeda instiga uma falsa sensação de bonança, visto que se confunde com aumento real nos salários e na renda (FISHER, 2014). Além disso, períodos inflacionários podem estar correlacionados com estímulos econômicos, como aumento de gastos ou uma política monetária expansionista, o que pode promover um crescimento no curto prazo. Desse modo, talvez a defasagem do período na variável da inflação não tenha sido suficiente para amenizar esse problema.

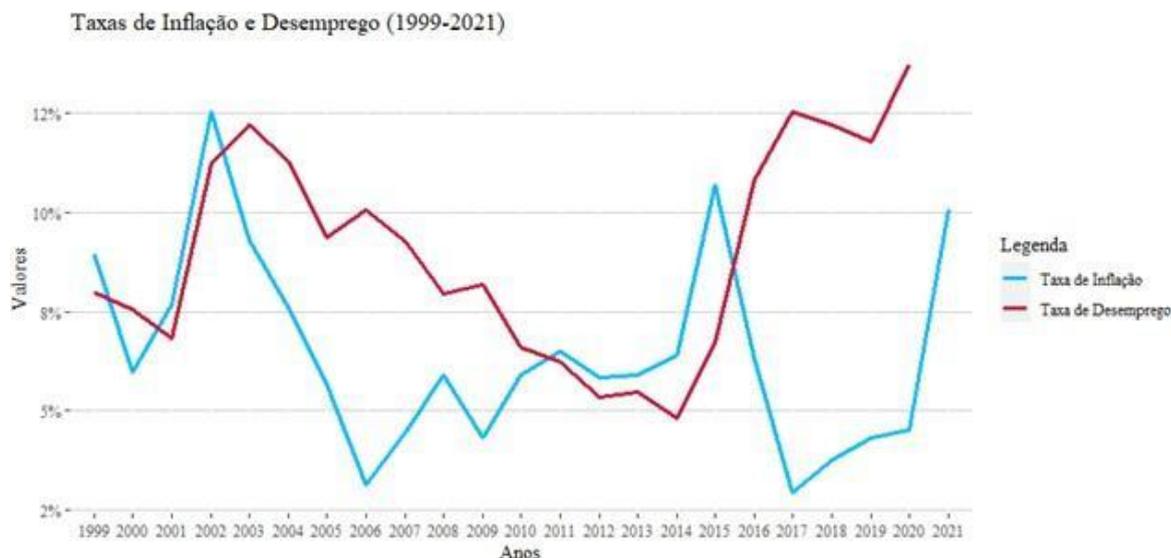
Como é percebido pelo gráfico abaixo, de fato há uma correlação negativa entre a taxa de inflação e a avaliação negativa dos presidentes, salvo exceção alguns períodos de recessão econômica com inflação, como em 2015.





Fonte: Centro de Estudos da Metrópole - USP.
Elaboração do Autor.

Já no próximo gráfico, fica evidente a correlação negativa entre a taxa de crescimento do produto e a avaliação negativa do presidente, o que reforça a tese mencionada anteriormente sobre os efeitos do aumento da renda na popularidade do governante. Nesse caso, é perceptível como a queda na renda se dá concomitantemente a um aumento na rejeição do presidente, a partir de 2013.



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole - USP e IPEADATA.
Elaboração do Autor.

Na avaliação regional, houve uma série de problemas, como já fora mencionado antes, o que acabou comprometendo uma análise mais precisa e robusta. Como pode ser verificado pela tabela abaixo, nenhum estimador apresentou resultado estatisticamente significativo. Ademais, o sinal dos coeficientes ainda se manifesta contrariamente aos resultados anteriores, de forma que dificulta tanto a teorização como a própria formulação de hipóteses.

Outro ponto de destaque consiste no número de observações dessa segunda amostra. Originalmente, apresentava cerca de 223 observações, todavia, devido às imperfeições no banco de dados, grande parte foi excluída para regredir a equação do modelo. Dessa forma, restaram ainda menos observações que a ótica nacional, o que pode explicar o valor baixo no R^2 - em torno de 21% - e ainda menor na sua versão ajustada, de modo que exibe um sinal negativo.

Tabela 2: Regressão com dados das Regiões

Dependent variable:

Avaliação
MQO



inflacao_{t-1}	-143,662
	(233,197)
desemprego_{t-1}	-136,796
	(120,007)
variacao_pib	7,216
	(7,468)
Constant	41,488*
	(21,700)
Observations	12
R²	0,219
Adjusted R²	-0,074
Residual Std. Error	11,167 (df = 8)
F Statistic	0,746 (df = 3; 8)

Note: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

5. Conclusão

Em vista dos resultados prévios do modelo, pode-se contemplar algumas hipóteses e ideias. Diante disso, mostra-se a importância de se avaliar os efeitos diretos da condução da política econômica na vida da população, principalmente pelo prisma da renda, o qual se evidenciou como mais relevante nessa análise preliminar, possivelmente em virtude do seu impacto na condição individual - perspectiva egotrópica.

Além disso, fomenta-se a necessidade de examinar com maior profundidade o impacto da inflação na perspectiva individual, tanto da ótica racional de expectativas como da comportamental por meio da assimilação e da diferenciação entre aspectos nominais e reais. Isso pode corroborar com a tese defendida por Veiga (2013), em que a vitória sob a hiperinflação alterou a percepção da sociedade sobre inflação, de modo que as taxas relativamente baixas a influenciam de maneira diferente dos períodos progressos do século XX.

Outro foco de atenção, levantado por Moraes e Quadros (2016), consiste na presença de endogeneidade da análise, uma vez que o apreço a determinado político pode depender de múltiplos aspectos não mensuráveis, como carisma, ideologia, atributo pessoais, dentre outros vínculos que podem ser feitos ou desfeitos a depender de cada indivíduo. Ainda na questão das variáveis, há outros determinantes - expostos pelos autores - que podem ser mensurados para além da economia, como a percepção de corrupção, pauta recorrente do debate público, que pode influenciar na avaliação dos governantes.

Em suma, o trabalho buscou examinar as interações entre algumas variáveis econômicas presentes nas discussões pós-estabilização e os seus impactos na percepção dos indivíduos sobre os condutores da política econômica. Com isso,



observou-se a expressividade dos estimadores relacionados diretamente ao desempenho da economia à esfera individual, como a variação na renda e o desemprego, de modo que apresentaram resultados significantes ao passo que se colocam como ameaças à popularidade dos governantes. Simultaneamente, a inflação exibiu resultados divergentes do esperado, de forma a motivar uma maior dedicação para compreender esse fenômeno em sua magnitude e captar melhor as suas interações com a política e com as expectativas.

6. Referências Bibliográficas

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, p. 107-123, 2015.

ARAÚJO, Ricardo Silva Ramos de. Impeachment de Dilma Rousseff a partir da análise de fatores econômicos e políticos. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das taxas de juros. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Itaú Asset Management: 60 anos de investimentos no Brasil. Disponível em: [LINK](#).

BORSANI, Hugo. Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina, 1979-1998. Editora UFMG, 2003.

BLOOM, Howard S.; PRICE, H. Douglas. Voter response to short-run economic conditions: The asymmetric effect of prosperity and recession. *American Political Science Review*, v. 69, n. 4, p. 1240-1254, 1975.

CHAFFEE Jr., W. A. Economics and politics support in Brazil. Saint Mary's College, 1989. mimeogr.

CHAPPELL, Henry W. Presidential popularity and macroeconomic performance: are voters really so naive?. *The Review of Economics and Statistics*, p. 385-392, 1983.

CZUDNOWSKI, M. M. Comparing political behavior, Beverly Hills, Sage, 1976

DATAFOLHA. Avaliação de Governo. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DE CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira, 2001.



- DE MORAES, Thiago Perez Bernardes; DE QUADROS, Doacir Gonçalves. Os inimigos da popularidade presidencial: percepção de corrupção, inflação e desemprego (2004-2016).
- EASTERLY, William; FISCHER, Stanley. Inflation and the Poor. *Journal of money, credit and banking*, p. 160-178, 2001. FISHER, Irving. *The money illusion*. Simon and Schuster, 2014.
- FORBES, Consumers Resilience Has Reached The Breaking Point: One Trillion Dollars Worth. *Forbes*, 12 mar. 2023. Disponível em: [LINK](#). Acesso em: 17 mar. 2023.
- GOLDFAJN, Ilan et al. *Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020*. 2018.
- GRANGER, Clive WJ. Developments in the study of cointegrated economic variables. *ECONOMETRIC SOCIETY MONOGRAPHS*, v. 33, p. 173-188, 2001.
- GURGEL, Maria Cristina Lírio; VEREZA, Solange Coelho. O dragão da inflação contra o santo guerreiro: um estudo da metáfora conceitual. *Intercâmbio*, v. 5, 1996.
- HIBBING, John R.; ALFORD, John R. The electoral impact of economic conditions: who is held responsible?. *American Journal of Political Science*, p. 423-439, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Disponível em: [LINK](#). Acesso em : 16 fev.2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: [LINK](#). Acesso em: 16 fev. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA: Tabelas do IPCA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/tabelas>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. Centro de Estudos da Metrópole. Avaliação dos presidentes e governadores: Datafolha. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Disponível em:



- <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38375>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ISTOÉ. E a economia, estúpido? ISTOÉ, São Paulo, 30 jul. 2017. Disponível em: <https://istoe.com.br/e-a-economia-estupido-3/>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro. Inflação e política no Brasil contemporâneo: a experiência dos governos FHC e Lula. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, p. 182-212, 2013.
- KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896–1964. *American political science review*, v. 65, n. 1, p. 131-143, 1971.
- LATIF, Zeina. Nós do Brasil: nossa herança e nossas escolhas. Record, 2022.
- MALHEIROS-POULET, Maria Eugenia. Os processos metafóricos do vocabulário da inflação no Brasil. *Organon*, v. 9, n. 23, 1995.
- PECHMAN, Clarice; GRADI, Rodolfo; MARINS, Alexandre. Credibilidade e inflação: uma análise empírica para o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 43, n. 4, p. 575-590, 1989.
- PHILLIPS, A. W. The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957. *Economica*, v. 25, n. 100, p. 283–299, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2550759>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- PINTO, André Jácomo de Paula. Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política?. 2013.
- RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião pública*, v. 17, p. 333-368, 2011.
- ROBBINS, Lionel. The nature and significance of economic science. *The philosophy of economics: An anthology*, v. 1, p. 73-99, 1932.
- SILVA, Aline Melquíades. Os ciclos do presidencialismo de coalizão e seus determinantes político-econômicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 49-80, 2017.
- SILVA, Fabiano Mello da et al. Análise da causalidade e cointegração entre variáveis macroeconômicas e o Ibovespa. 2012.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações. Nova Fronteira, 2017.
- TRICHES, Divanildo; FIORENTIN, Guilherme Pons. Avaliação do regime de metas de inflação nos países da América Latina entre 2001 e 2014. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, 2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Centro de Estudos de Opinião Pública.

Estudos Eleitorais e de Opinião Pública. Disponível em:
<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VEIGA, Luciana. Economic voting in an age of growth and poverty reduction: electoral response in Latin America (1995-2010). 2013.

VENKATESH, Viswanath; DAVIS, Fred D. A theoretical extension of the technology acceptance model: Four longitudinal field studies. Management science, v. 46, n. 2, p. 186-204, 2000.